

A NATUREZA DA EDUCAÇÃO: DO ADVENTO À CONTEMPORANEIDADE.

Thamyres Ferreira da Silva; Claudeane Maria da Silva; Edvania Soares Silva; Valdice Barbosa da Silva.

Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) – Campus I, e-mail: thamyresfd199718@gmail.com

Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) – Campus I, e-mail: claudeanex15@hotmail.com

Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) – Campus I, e-mail: vaniaedy.ssilva92@gmail.com

Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) – Campus I, e-mail: valdicebarbosads@gmail.com

Resumo: O presente artigo busca expor, de forma clara e objetiva, as transformações pelas quais a educação passou ao decorrer da história, demonstrando as implicações que marcaram tais transformações. Sendo o trabalho a categoria fundante do ser social, a educação é um complexo fundado, que, por sua vez, depende da maneira como o trabalho está se realizado num dado momento histórico as suas modificações, sempre numa relação autonomia relativa e de determinações recíprocas. Desse modo, a educação possui um caráter reprodutor, capaz de imprimir nos indivíduos valores, ideias, padrões, comportamentos, bem como procura reprimir ideias, valores, comportamentos etc. que não foram compatíveis com a sociedade vigente. Portanto, percebe-se que, ao longo da história, a educação vai tomando formas e contornos que depende, exclusivamente, das necessidades que o mundo dos homens se apresenta, delineando objetivos que atendam aquele momento específico. O artigo em questão, trás, a partir de uma criteriosa análise bibliográfica, o resultado de estudos que se fundamentam na compreensão acerca dos fenômenos sociais e históricos que tem fortes rebatimentos na educação.

Palavras-chave:

Trabalho, Classes sociais, Educação, Sociedade.

Introdução.

Para compreender a natureza da educação ao longo da história, antes, é imprescindível depreender o modelo de sociedade no qual a educação estava enquadrada. Nesse sentido, diversos aspectos devem ser observados: os meios de produção, a cultura, a forma de organização e sociabilidade, o desenvolvimento de instrumentos e ferramentas construídas para o trabalho, bem como seu contexto histórico. Destaca-se que, a presente pesquisa, debruçou-se em obra de intelectuais, como: Ponce, Maceno, Lessa, Tonet, Antunes e Pinto; autores necessários para compreender as transformações do mundo do trabalho e as consequências nos outros complexos sociais.

Metodologia.

A presente pesquisa bibliográfica de cunho exploratório e caráter qualitativo respalda-se em autores embasados em estudos referentes à sociedade, educação e trabalho, são eles: Ponce, Maceno, Lessa, Tonet, Antunes e Pinto. Este tem por finalidade depreender qual a função da educação do período primitivo à contemporaneidade.

A educação na comunidade primitiva.

Alicerçada sobre a propriedade coletiva da terra e unida por laços de sangue, seus integrantes eram livres, com direitos iguais. Harmonizaram suas vidas as providências de um conselho edificado democraticamente, constituído por homens e mulheres da tribo. Não havia desperdício do que era produzido coletivamente, uma vez que, tudo era imediatamente consumido, bem como, não se produzia excedente, pois, havia um baixo desenvolvimento das forças produtivas, sendo necessário despendar mais tempo de trabalho para compensar o que fora consumido no dia anterior.

Algumas atividades a serem realizadas na tribo necessitavam de mais de um membro para concretizá-las, nesse momento tem-se início uma divisão precoce do trabalho de acordo com as dissemelhanças entre os sexos, porém, não havia uma relação de subordinação por parte da mulher, ao passo que os homens eram encarregados dos cuidados e cultivo da terra e caçar, as mulheres eram responsáveis pela economia doméstica. Até os sete anos, idade a partir da qual deveriam viver as suas próprias expensas, as crianças assistiam os adultos em todos os seus trabalhos, auxiliando-os e recebendo sua porção de alimento como qualquer outro membro do grupo. A educação das crianças não era confiada a alguém em específico, mas a toda comunidade, onde, gradualmente, em meio à convivência com os adultos, assimilavam os padrões e crenças do grupo. Presa as costas da mãe, a criança observava o seu meio social, compreendendo as normas sociais; a educação se dava para e por meio da vida, ou seja, se era necessário aprender a manusear um arco, a criança iria caçar; se precisava aprender a guiar um barco, navegaria. Por vezes, os adultos explicavam as crianças como se portar diante de determinadas situações, sem lhes infringir nenhum castigo durante seu aprendizado. Crescendo livres em meio à comunidade, desenvolviam-se com todas suas imperfeições e habilidades, apesar das diferenças naturais, se mantinham em igualdade aos adultos, o trabalho era tomado aos poucos de forma natural, dentro das suas capacidades físicas.

Sendo o desenvolvimento resultado da sociedade vigente, cresciam ligadas à comunidade e aos adultos, embora a comunidade não dispusesse de uma educação sistemática, as crianças cresciam iguais aos adultos, e permaneciam convivendo dentro das normas sociais da comunidade, compreendendo o ideal pedagógico da tribo observando os adultos que os ensinavam suas funções dentro da comunidade desde o nascimento, instruindo-lhes que não há nada mais importante dos que os

interesses coletivos da tribo. Numa sociedade sem classes, como a primitiva, a educação era vivida em meio à coletividade, onde não havia disparidades de interesses, todos buscavam viver em harmonia, onde os bens produzidos por toda a comunidade estavam à disposição de todos; que as mesmas normas e meios de convivência eram vivenciados geração após geração, todos conseguiam superar os temperamentos individuais vivendo em harmonia.

As classes sociais surgem possivelmente, sob um contexto de substituição da propriedade comum a todos pela propriedade privada, assim como do escasso rendimento do trabalho.

A característica básica dessa organização social era a coleta de alimentos (vegetais e pequenos animais) pelas florestas e campos. Como a atividade da coleta depende da disponibilidade de alimentos na natureza, ela é muito pouco produtiva, por isso a organização não poderia evoluir para além de pequenos bandos que migravam de um lugar a outro em busca de comida (LESSA; TONET, 2008, p. 54).

Sob esse contexto, a sociedade ainda não havia desenvolvido técnicas de produção ou ferramentas de trabalho aprimoradas, contudo, ao passo que se desenvolveu a agricultura e a pecuária, os homens puderam produzir mais do que eram capazes de consumir, gerando um excedente de produção, tornando possível a exploração do homem pelo homem; fazendo com que os interesses tornassem-se antagônicos. Ao passo que a sociedade desenvolve-se, há uma divisão do trabalho mais acentuada. Algumas tarefas exigem mais experiência em sua efetivação; causando de forma gradativa, uma divisão da sociedade entre “administradores” e “executores”. Nesse momento, as mulheres e as crianças não recebiam a mesma educação que os homens, às mulheres competem os cuidados domésticos, que agora é um assunto de natureza privada, às crianças, são infringidos castigos, e não vivem mais em igualdade com os adultos.

O desenvolvimento das técnicas, a domesticação dos animais e o estabelecimento da propriedade privada, constituíram as condições para se estabelecer a escravidão, onde, o indivíduo dono de uma porção de terra que antes pertencia a toda a comunidade, explora outros indivíduos, usufruindo dos frutos, enriquecendo, produzindo em demasia. Nesse sentido, e educação antes voltada à perpetuação de uma sociedade igualitária, abre espaço a uma educação direcionada, unilateral, utilizada como instrumento transmissor de ideias objetivando a dominação de uma classe; visto que, não era do interesse dos “administradores”, donos das terras, que as massas recebessem a mesma instrução que os nobres, bastavam-lhes aprender a realizar as funções necessárias a permanência dos status quo.

A educação do homem antigo.

Na transição de uma sociedade sem classes para uma sociedade dividida em classes, onde existe uma relação de dominação de uma classe sobre a outra, impedindo que a classe em si, torne-se a classe para si, é inerente que a educação seja utilizada como instrumento auxiliador da permanência e reprodução do status quo. Tendo sua natureza voltada a inculcar na classe oprimida ideias da classe opressora, inviabilizando quaisquer possibilidades de protesto contra a forma de organização social vigente. Já numa sociedade de classes, onde o comércio se desenvolve gradualmente, uma vez que o trabalho humano aumenta, a economia comercial superou paulatinamente a economia agrícola. As classes superiores já eram improdutivas socialmente, haja vista serem desligadas dos trabalhos manuais e do intercâmbio de mercadorias; o mercado era confiado aos escravos e estrangeiros, sob a vigilância e para benefício das classes dominantes, formada por homens donos de terras, guerreiros e donos de escravos. Cercados de numerosa população, não totalmente submissa às classes superiores, transformaram sua organização social em um acampamento militar. valorizando as virtudes guerreira, rigidamente disciplinada por meio da ginástica; a educação formava soldados rijos, virtuosos guerreiros.

[...] rigidamente disciplinada por meio da pratica da ginastica, e austeramente controlada pelos *éforos*, os cinco magistrados que exerciam por delegação da nobreza, um poder quase absoluto. Que produzia essa educação? “selvagens brutais, taciturnos astutos, cruéis, e às vezes, heroicos”, mas sempre capazes *de mandar e de fazer-se obedecer*. (PONCE, 2007, p. 41).

Aos sete anos, os jovens espartanos eram tomados pelo estado a fim de receberem a educação pertinente a sua formação. As funções exercidas no exército não se separavam da vida, viviam vinte e quatro horas com uma espada empunhada. Por ser uma sociedade em que se valorizavam as virtudes guerreiras, poucos sabiam ler, escrever e contar, mesmo entre os nobres; bastavam-lhes tornarem-se guerreiros virtuosos, implacáveis e brutais, capazes de dominar através do combate, não lhes sendo permitido desviar-se dessas virtudes. Às “classes inferiores” não eram permitidas nenhum exercício físico, tão pouco ginastica; sob o pretexto de dar exemplo aos seus filhos, embriagavam os ilotas e os faziam desfilar entre os banquetes, a proibição da pratica de exercícios aliada a embriagues forçada nada mais era que uma forma de embrutecer as classes oprimidas tornando quase inviável uma possível rebelião. Sociedade guerreira, constituída a custa do trabalho alheio; do comercio do periéco e do trabalho do ilota, os nobres não conheciam outro saber que não o das armas; reservando para si seus conhecimentos dominavam e castigavam brutalmente

as classes inferiores, reprimindo ferozmente qualquer tentativa de revoltas. A educação espartana visava essencialmente, além da reprodução da sociedade vigente, a formação militar para as classes superiores serem capazes de manter subjugadas as classes inferiores.

As circunstâncias impostas a Atenas, diferentemente de Esparta, não a condicionavam a um modelo de sociedade estritamente militarizado. Com as mudanças no mercado e na organização social, surgiram desigualdades. No que tange a educação, existia em Atenas uma dicotomia mais evidente; a academia era destinada aos jovens patrícios, para que recebessem educação militar; e o ginásio, frequentado pelas classes inferiores. Com o constante aumento do número de escravos e metecos, o exército, ainda que armado não poderia manter subjugada as classes inferiores, interessava ao Estado que seus cidadãos recebessem preparação física que enaltecesse as virtudes valorizadas pelos guerreiros. Assim como em Esparta, os atenienses desprezavam o trabalho. Até o momento em que os homens possuíam poucas terras e se envolviam junto aos escravos nos cuidados de suas propriedades, ainda trabalhavam; contudo, ao passo que, esses homens, expandiram suas terras e o número de escravos, se distanciaram do trabalho, entregando aos escravos as terras para que produzissem para seus amos, que raramente visitavam suas propriedades, nesse processo, o lavrador já não era o homem que cultivava a terra, mas o que liderava seus trabalhadores, como um general a um soldado. Além de distanciar-se de suas terras, o proprietário toma o trabalho como algo próprio dos escravos.

Ponce acrescenta: Aristóteles proibia terminantemente que se ensinasse aos jovens as artes mecânicas e os trabalhos assalariados: “porque não somente alteram a beleza do corpo, como também tiram ao pensamento toda atividade e elevação” (PONCE, 2007, p. 45). Os jovens atenienses valorizavam a guerra e defendiam um governo autoritário e opressor. Embasados a ideia de que só o homem das classes dirigentes poderia ser um exímio cidadão virtuoso, por estar desligado do trabalho prático; a educação ateniense ainda formava guerreiros, mesmo entre as classes dominantes, pouquíssimos sabiam ler e escrever, o ideal de virtude ainda estava ligado à educação militar de Esparta.

Com a complexidade da estrutura social e do trabalho escravo, que proporcionou as classes superiores um ócio, a educação antes despreocupada com quaisquer aspectos que fugissem das virtudes guerreiras abria espaço a uma virtude com novos componentes. Com o passar do tempo, os nobres já habituados ao ócio, compreenderam que seus filhos precisavam do subsídio de uma instituição que até o momento era inexistente, uma escola que os ensinasse a ler e escrever; que oferecesse o que a

tradição oral e a imitação não poderiam. Possivelmente já existiam escolas em que os metecos e rapsodistas ensinavam a fixação de símbolos aos nobres que, apesar de desfrutarem de poesias, filosofia e arte, continuavam sendo homens de guerra, frequentando campos de esportes e escolas de músicas. É sabido que o estado regulava a educação que as crianças deveriam receber no ceio familiar, tal como, a que receberiam nas escolas, vigilando as crianças e jovens a fim de sanar quaisquer desrespeitos morais, religiosos ou da sociedade. “Desde que o homem cresce, e uma vez que as leis ensinam que existem deuses, não cometerá ele jamais qualquer ação ímpia, nem pronunciará discursos contrários às leis” (Platão *apud* Ponce, 2007, p. 50, grifo do autor). Os jovens atenienses que não faziam parte da nobreza eram impedidos pelo estado de frequentarem os ginásios por não terem frequentado as escolas e palestras particulares reforçando a ideia da concentração dos cargos estatais permaneceram sempre nas mãos da nobreza, visto que jovens que não tivessem passado pelo ginásio não poderiam se candidatar a esses cargos.

O filho do artesão, quando não continuava sendo analfabeto (apesar da lei), apenas conseguia adquirir os mais elementares conhecimentos de leitura, escrita e cálculo. O filho do nobre, por outro lado, podia completar integralmente todo o programa de ensino: escola elementar e palestra até os 14 anos, ginásio até os 16, *efebia* até os 18, cidadania, dos 20 aos 50, e diagógica até a morte. (PONCE, 2007, p. 51).

A educação não era igualmente concebida a todos, mesmo os poucos que a alcançavam, não a tinham em abundância, impossibilitando a ascensão social daqueles que não compunham a nobreza. No século V, a classe dos metecos, comerciantes crescia abundantemente. Agora, qualquer indivíduo possuidor de riquezas poderia gozar do ócio antes pertencente apenas aos nobres; nesse contexto, alguns comerciantes caminhavam em direção aos cargos estatais. O constante crescimento da importância dos comerciantes provocou insatisfações em relação “a velha educação”. Para este novo homem, era essencial uma nova educação. Nesse sentido, os sofistas passam a desempenhar um novo ideal educacional que diferia do ideal imposto pelos nobres, onde as classes inferiores sequer poderiam frequentar os ginásios.

Os sofistas ofereciam aos jovens que o seguiam, o domínio da oratória e a retórica, a sabedoria prática que um indivíduo deveria possuir para o exercício da cidadania. As relações haviam mudado de tal forma que até a disciplina nas escolas sofreu modificações. Os filhos dos artesãos e comerciantes recusavam-se a submeter-se a velha educação; almejavam uma educação mais feliz, humana, alegre; onde já não fossem educados militarmente, guiados até a escola pelo pedagogo, enfileirados com passos

sincronizados e olhos baixos, mas sim, que se dirigissem a escola observando tudo o que encontrassem pela frente, separadas e felizes. A educação já não objetivava formar um guerreiro brutal, fundado nas virtudes guerreiras, mas um homem que dominasse a retórica e a oratória para o bom exercício da cidadania.

A educação do homem feudal.

Na idade média, a escravidão deixava gradativamente de ser necessária visto que já não se obtinha riquezas as expensas de seu trabalho, pois eram numerosos e manter-lhes custava aos seus donos mais que seu lucro. Ao passo que os escravos não eram tidos como humanos, mas como objetos, uma vez comprados não necessitavam preocupar-se com sua sobrevivência ou segurança; havia também os vilões, herdeiros de antigos colonos romanos, libertos, contudo, em disparidade aos escravos, precisavam afligir-se em torno de sua sobrevivência, segurança; oferecendo-se aos donos de terras para serem explorados, cultivando a terra e entregando ao senhor feudal parte do seu trabalho.

O pedido do trabalhador constituía um ato jurídico chamado *súplica* ou *precária*; o consentimento do proprietário constituía outro ato jurídico, chamado *concessão* ou *prestaria*. Em troca da concessão obtida, o vilão se comprometia a entregar ao senhor uma parte do fruto do seu trabalho e, além disso, a prestar certos serviços pessoais. O vilão era, portanto, mais livre que o escravo, porque *ele reconhecia uma autoridade que ele próprio havia querido reconhecer*. . (PONCE, 2007, p. 84 e 85 grifo do autor).

Eis a gênese do feudalismo. Não obstante ser possuidor das terras em que os servos cultivavam o senhor feudal também detinha as ferramentas de produção, a exemplo dos moinhos. À medida que esse modelo de trabalho representava para os que não possuíam terras, uma das únicas formas de sobrevivência nesse período, para os senhores representava a única maneira de tirar proveito de seus fundos, a servidão era para os donos de terras uma vantagem em relação à escravidão.

À medida que as escolas pagas perdem espaço na idade média, onde a igreja católica já havia se instituído, a mesma se apodera da instrução pública. Sendo que, as escolas monásticas se repartiam em duas categorias, as escolas para oblatas, destinada aos monges; e a destinada à instrução, da plebe, que ao contrario da penúltima, que se preocupava com a instrução religiosa cabível ao momento; estava embasada não em ensinar a plebe a ler ou escrever, mas, familiariza-la ao cristianismo e suas doutrinas, a fim de mantê-la submissa e conformada. eram as verdadeiras "escolas monásticas" as únicas que as massas poderiam frequentar. Mesmo os filhos dos nobres para satisfazer suas curiosidades intelectuais teriam que frequentar um convento, onde receberiam uma

educação religiosa para monges e se isolavam dos conflitos e problemas externos, afastados das massas.

Com o passar do tempo, foram construídas escolas fora dos muros dos conventos, intituladas “externas” podiam ser frequentadas não apenas por clérigos seculares, mas também por nobres que queriam estudar, mas, que não queriam ser monges. Rigoroso, o ensino baseava-se em pilares do ensino da gramática, retórica e dialética, mas o fundamento principal, não era o que hoje entendemos por alfabetização, tão pouco a compreensão do era lido. O resultado das escolas externas dos mosteiros eram “*juristas doutos, secretários práticos, dialéticos hábeis, capazes de aconselhar imperadores e de fazer-se pagar pelos seus serviços*” (PONCE, 2007, p. 93, grifo do autor).

Os senhores feudais não valorizavam a instrução ou a cultura, a eles bastava aumentar suas riquezas, saquear e usar de violência. Ler e escrever eram entendidos como algo para as mulheres. A nobreza precisava de escolas, mas não de educação. O jovem nobre permanecia sob os cuidados da família até os sete anos, quando entrava como *pajem*, ao serviço de um cavaleiro amigo; aos quatorze anos, era promovido a escudeiro, acompanhando seu cavaleiro às guerras, às caças e aos torneios; por volta dos vinte e um anos, tornar-se-ia um cavaleiro, onde seria fiel ao senhor feudal. O surgimento dos burgueses atrelado a transformações na economia direcionaram a educação das mãos dos monges para as mãos do clero secular. As escolas dos mosteiros cederiam lugar às escolas das catedrais. Num momento em que a comércio começava a disseminar-se, a educação precisava atender suas necessidades. Embora se consolidasse como classe, a burguesia ainda não reconhecia as disparidades entre si e o feudalismo, permanecia coexistindo e se expandindo dentro do sistema.

Apesar de inicialmente as universidades não serem mais do que reuniões livres que cultivavam as ciências; ao passo que a burguesia compreende a necessidade de criar uma ambiência intelectualmente mais adequada, as universidades permitem ao homem burguês usufruir de muitas vantagens antes pertencentes apenas à formação de espada. Nesse momento, ao obter títulos, seja por meio da compra ou por frequentar uma universidade, os componentes da nobreza “de toga” já eram vistos como nobres, sendo eleitos para cargos antes ocupados pela nobreza “de espada”. Ainda que nominalmente eclesiástica, as universidades eram leigas e mais dirigidas pela burguesia do que propriamente a igreja. Nas escolas municipais, o ensino já se encontrava mais próximo das necessidades práticas da vida, ensinando na língua materna das crianças noções de geografia, história e ciências naturais. Apesar de custeada em parte pelo município, nem

todos podiam frequentá-la, visto que os alunos deveriam pessoalmente gratificar o professor pelo ensino ministrado. As transformações sofridas pelas mudanças na economia, antes escravista, viabilizou o feudalismo que após as variações sociais desencadeadas pelo surgimento da burguesia, não só possibilitou metamorfoses dentro das concepções educacionais acerca de como deveria desenrolar-se, tal como para quem essa educação deveria dispor-se. A expansão do mercado e as modificações educacionais, econômicas e sociais fez com que o feudalismo descesse progressivamente lugar ao capitalismo primitivo.

A educação do homem burguês.

Em meio a um período em que se expressavam confusamente as mudanças impostas pelo capitalismo comercial ao feudalismo, Montaigne, expressava sua revolta para com a educação cavalheiresca, que já não subsidiava as necessidades dos nobres desalojados a quem representava, para ele a educação deveria prender-se, a ensinamentos mais úteis à vida. Apesar de existir ensinamentos superiores nem todos tinham acesso devido ao seu alto custo, como não existiam estudos inferiores de caráter popular, subentende-se que as massas não tinham acesso, uma vez que eram ministrados em latim, grego, hebraico, línguas inacessíveis. A reforma protestante desencadeada por Lutero, representante da burguesia moderada e pequena nobreza objetivava destruir o poder do clero e instituir uma igreja menos onerosa.

Por outro viés se encontrava Múnzer, interprete dos camponeses e plebeus, via a reforma como uma oportunidade de acerto de contas com os opressores. Ao perceber que as massas queriam ir além de seus interesses religiosos, Lutero trai o povo e a Múnzer, o acusando de ser um instrumento de satanás. Ao passo que o homem compreende a responsabilidade sobre sua fé que passa a ter origem nas sagradas escrituras, Lutero difunde gradualmente o ensino das letras. O ideal pedagógico luterano não estava preocupado essencialmente com o ensino das letras, mas, o fazia e ensinava o povo a ler e compreender as sagradas escrituras de modo que se assemelhassem ao protestantismo, atraindo a burguesia abonada e não abandonando as classes desfavorecidas.

Quanto ao ideal pedagógico dos jesuítas; preocupavam-se em proporcionar a seus alunos o mais lustroso “verniz cultural” (PONCE, 2007, P. 121). não se preocupavam com as massas, mas, em controlar a educação dos nobres e burgueses abonados. Para tal, buscavam dar a seus educandos a melhor educação possível dentro da compatibilidade dos interesses da igreja; por vezes deturpando a história, fazendo grosseiras interpretações e excluindo da educação conhecimentos científicos; a fim de apoderar-se do ensino e usá-lo a serviço da igreja.

Com as modificações sofridas, as relações sociais se modificam, a expansão do comércio, e o alargamento do mercado, não são suficientes para o desenvolvimento do capitalismo, era imprescindível que os trabalhadores “livres” despusessem seus braços a serviço da burguesia. O ideal educacional do respectivo momento era formar indivíduos preparados para o mercado competitivo; direcionada, repleta de disparidades, cabia à classe trabalhadora aprender a ler, escrever e realizar trabalhos manuais, estando apta a operar maquinários. Para esse fim, surgiram fora dos muros das fábricas as chamadas “escolas técnicas”; aos burgueses, cabia uma educação superior, para os técnicos. Uma vez efetivada a dominação social, a classe dominante empenha-se em criar uma ideologia a fim de legitimar sua condição. Nesse momento a educação continua sendo utilizada como instrumento de reprodução social, bem como, de classes.

A educação na contemporaneidade

Referente à educação, nesse momento, a divisão dos interesses estava mais acentuada sendo visível às finalidades objetivadas através da educação. Era mais inteligível para a burguesia culpar os programas educacionais ou as dificuldades do ensino do que compreender que a evasão das crianças pequenas das escolas adivinha das necessidades de trabalharem para o próprio sustento e de seus familiares. O fato é que a classe que vive do trabalho jamais recebeu uma educação que subsidiasse seus interesses.

Semelhantemente a educação dos períodos passados, a educação contemporânea propicia ao educando das massas o preparo para o trabalho, antes estritamente braçal. Com a introdução dos maquinários nos meios de produção houve uma complexificação dos mesmos, exigindo do trabalhador conhecimentos mínimos para a sua execução. Segundo Antunes e Pinto, “a formação deveria compreender um novo ideal de trabalhador, capaz de adaptar-se ao modo de produção capitalista” (ANTUNES; PINTO 2017, p. 50, grifo meu). Maceno acrescenta:

[...] sendo o trabalho o fundamento da reprodução da sociabilidade, torna-se necessário “educar” ou induzir por meio do complexo da educação os indivíduos a desempenharem funções e adotarem determinadas posturas objetivas em conformidade com a reprodução social. (MACENO, 20017, P. 96).

Tendo em vista as novas necessidades do mercado de trabalho, a educação enquanto categoria fundada pelo trabalho visa imprimir no indivíduo comportamentos, atitudes, valores e ideias pertinentes à reprodução social, ao passo que, também reprime quaisquer procederem “desapropriados” a essa função. Fica evidente que o desenvolvimento das forças produtivas, técnicas e

ferramentas de trabalho ao longo da história não garantem igualdade à sociedade. Na contemporaneidade, como em outros períodos, a educação é utilizada como meio para conservar uma relação de subjugação de uma classe sobre outra, garantindo que o poder das forças produtivas esteja constantemente concentrado entre poucos indivíduos, condicionando as massas a permanecerem exploradas, não apenas pelo fato da classe dominante ser detentora dos meios de produção, mas por receberem desde cedo uma formação que os conduz a crer que as desigualdades, más condições de trabalho e males sociais são resultado de problemas na administração do governo, falta de responsabilidade da classe trabalhadora ou castigos divinos.

Considerações finais.

Posteriormente aos estudos bibliográficos, constata-se que à medida que a organização social se modifica, a educação, uma vez que visa à reprodução social, estabelece meios para efetivação de sua natureza, sendo um complexo, é utilizada como instrumento de reprodução não só da sociedade, mas, de tudo que nela esta, desde que seja pertinente a sua conservação. Para tal, imprime nos indivíduos valores, ideias, comportamentos, crenças, e quaisquer outros aspectos necessários à conservação do modelo de sociedade vigente, bem com, reprime, tudo que representar “ameaça” ao status quo. Ao longo da história, as classes superiores utilizaram-se da educação para inculcar nos indivíduos ideias pertinentes a conservação dos privilégios que usufruíam, assim como na atualidade. Sendo a educação um produto da sociedade voltado à reprodução social, é inviável acreditar que a mesma pode viabilizar um processo revolucionário que beneficie as classes inferiores.

REFERENCIAS

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da Educação:** da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2017.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx.** 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MACENO, Talvanes Eugênio. **Educação e Reprodução Social:** a perspectiva da crítica marxista. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes.** 22 ed.. São Paulo, 2007.